QUESTÕES ATUAIS DE DIREITO PRIVADO I: FONTES DO DIREITO, INTERPRETAÇÃO,
PESSOA E DIREITOS DA PERSONALIDADE, NEGÓCIO JURÍDICO, CLÁUSULA GERAL,
ENRIQUECIMENTO SEM CAUSA, JUSTO POSTO E JUSTO NATURAL, LIBERDADE E JUSTIÇA

DCV 0515

Professor Titular Fernando Campos Scaff

AVALIAÇÃO

02 DE JULHO DE 2020

CASO: A Companhia Latifúndio S.A. (“Latifúndio”) é proprietária de conjunto de glebas de terras, que margeiam a Rodovia Castelo Branco, desde o Município de Barueri até o de Sorocaba. Sem ambição de desenvolver empreendimentos na região, ou dar qualquer outro destino às terras, Latifúndio decide aliená-las à Sociedade Amor ao Povo (“Amor ao Povo”).

Depois de algumas reuniões, concluiu-se *Instrumento Particular de Compromisso de Compra e Venda de Bens Imóveis* (“Instrumento”), cujo principal objeto era a alienação das glebas da Latifúndio à Amor ao Povo.

O Instrumento previa, na Cláusula 4.1, que Latifúndio deveria “retificar o cadastro no SNCR (Sistema Nacional de Cadastro Rural), com a devida identificação das Áreas de Preservação Permanente e de Reserva Legal, e possibilitar a realização do Georeferenciamento das glebas”.

O pagamento totalizaria R\$ 200.000.000,00, sendo que R\$ 20.000.000,00 seriam adiantados pela Amor ao Povo como princípio de pagamento. O restante seria pago por meio de percentual do lucro obtido com os empreendimentos.